

# O ÍNDIO NA HISTORIOGRAFIA: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O PROTAGONISMO INDÍGENA NA SUA HISTÓRIA

Amanda Maria Antero da Silva<sup>1</sup>

E-mail: [amandaantero16@gmail.com](mailto:amandaantero16@gmail.com)

Prof. Ms. José Adelson Lopes Peixoto<sup>2</sup>

E-mail: [adelsonlopes@hotmail.com](mailto:adelsonlopes@hotmail.com)

Simpósio Temático – História dos Índios no Nordeste

**RESUMO:** A historiografia disseminou durante muitos séculos uma visão pessimista sobre a história dos povos indígenas, caracterizando-os como inferiores, incapazes e sem futuro. Este artigo tem como propósito discutir a escrita da história indígena apontando um novo olhar sobre o índio, agora como sujeito ativo de sua história, que resistiu de diversas maneiras o avanço colonizatório e atuou diretamente na conquista de seus direitos. Tendo como fundamentação teórica as concepções de Varnhagem, Martiuns, John Monteiro, Memmi, Silva, Luciano, Oliveira e Freyre, dentre outros, enriquecida com pesquisa de campo na Aldeia Mata da Cafurna, situada em Palmeira dos Índios no Estado de Alagoas. E desse modo busca compreender como os índios foram protagonistas da História.

Palavras-chaves: Escrita. Protagonismo. Resistência.

## Considerações Iniciais

A história dos povos indígenas segue uma linha de percepção que abrange uma visão do outro a partir de nossos pré-conceitos e pré-juízos, o ser humano tem o costume de qualificar as pessoas, julgando a cultura, sua índole a partir de sua própria interpretação de mundo, enquadraram o índio em uma concepção edenizada, romantizada e inferiorizada, que partiu inicialmente dos europeus com a colonização e acabou se perpetuando até a atualidade.

Seguindo essa mesma premissa a historiografia compactuou com tal concepção e disseminou um olhar pessimista e deturpado da imagem do índio, que passou a ser visto como o coitadinho que precisava da tutela do estado, pois não seriam capazes de se auto conduzir e que por ser tão inocente e passivo diante do impacto da colonização estavam em tendência de desaparecimento.

---

<sup>1</sup> Graduanda em História e membro do Grupo de Pesquisa de História Indígena de Alagoas – GPHIAL na Universidade Estadual de Alagoas – Campus III – Palmeira dos Índios.

<sup>2</sup> Orientador. Mestre em Antropologia e em Ciência da Educação. Especialista em Programação do Ensino de História e Licenciado em História. Atualmente é Professor Assistente na Universidade Estadual de Alagoas.

Com o objetivo de discutir essas concepções, este artigo busca apresentar que os indígenas não foram tão submissos, nem passivos diante das investidas da colonização, pelo contrário, eles foram suficientemente fortes para criar estratégias de resistências e permanecer atuantes no contexto em que estavam inseridos.

Assim sendo, fez-se necessário uma pesquisa de campo, para complementar a análise bibliográfica, na Aldeia Mata da Cafurna, a fim de mostrar o protagonismo dos Xukuru-Kariri na construção de sua história que resistiriam de diversas formas as investidas dos latifundiários e que lutaram por seus direitos que estão declarados na Constituição Federal de 1988.

### **A imagem do índio na historiografia**

A historiografia propagou a visão do índio como um ser inocente, bestial, ‘coitadinho’, sem história e que caminhava para o seu desaparecimento; na concepção de Varnhagem apud Monteiro (2003, p.126), por exemplo, “o índio não teria história: apenas etnografia”, pois não conheciam a escrita e por isso eram considerados sem História. Von Martius (1956, p.444) também compartilhou desse olhar pessimista sobre as populações indígenas afirmando que “o atual indígena brasileiro, não é senão um resíduo de uma muito antiga, posto que perdida história” e nesse contexto percebemos que o olhar lançado ao povo indígena era de que ele era a fase primitiva da evolução do homem americano, do passado e que não deveria ser lembrado ou discutido.

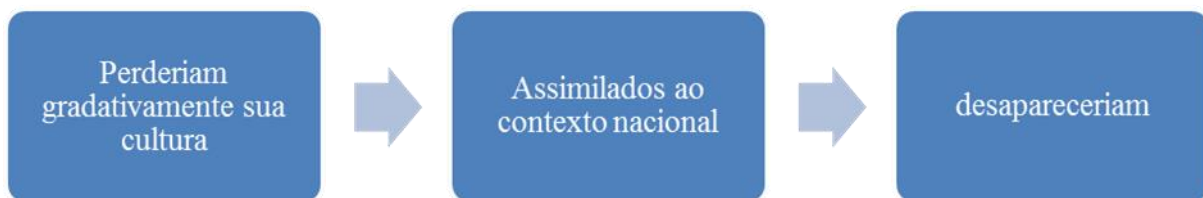
A abordagem sobre os indígenas era feita por meio da percepção do colonizador, e não através do colonizado, pois a “existência do colonizador reclama e impõe uma imagem do colonizado” (MEMMI, 1967, p. 77), imagem essa deturpada, excludente e negadora do índio. É necessário destacar que,

a mais grave carência sofrida pelo colonizado é a de estar colocado fora da história e fora da cidade. A colonização lhes veda toda participação tanto na guerra quanto na paz, toda decisão que contribui para o destino do mundo e para o seu próprio, toda responsabilidade histórica e social. (MEMMI, 1967, p. 86-87).

Consagrou-se uma percepção sobre os indígenas com base na imagem preconceituosa e europeizada, ideia que se perpetuou durante anos, uma vez que o índio não possui mais as características físicas dos seus antepassados. O colonizador e não índio expõe através de seus relatos uma abordagem que exclui o indígena da construção de sua história,

torna-o nulo e neutro na sociedade que está inserido e, no entanto a presença do índio na região favoreceu o processo de colonização e contribuiu culturalmente na formação do Brasil.

Vale ressaltar que o índio sempre foi tido como o incapaz que necessitava da tutela do Estado para guiá-los nas suas decisões, outro ponto é que os indígenas foram tão prejudicados com o impacto da colonização que estudiosos dissipavam a tese de que eles seriam extintos ou assimilados ao contexto nacional. Desse modo, a história dos povos indígenas estaria fadada a um processo que se daria em forma linear como demonstrado no esquema abaixo.



De início perderiam a sua cultura gradativamente enquanto adquiriam a cultura do não índio, e desse modo anulavam as suas próprias características, em seguida seriam integrados ao contexto nacional e por fim desapareceriam completamente. Entretanto o que se percebe hoje é um avanço das populações indígenas que reivindicam seus direitos e assumem uma posição de protagonistas na escrita de sua história.

Foi somente a partir do final da década de 70, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que surgiu a denominada “Nova História Indígena”, momento onde o índio vai tomando espaço na escrita da história, embora de forma lenta e gradual, pois ainda permanecia uma postura preconceituosa sobre as suas populações, necessitando assim de uma nova abordagem e uma reavaliação sobre a história desses povos,

Nesta grande reavaliação das sociedades indígenas e das políticas indigenistas, a historiografia tem — e terá — um papel fundamental, decisivo até. Pois cabe aos historiadores, através de uma revisão séria das abordagens vigentes — que relegam os índios a um papel fugaz e mal-explicado no início da colonização, que reservam aos mesmos índios um enquadramento etnográfico e não histórico ou, ainda, que reduzem-nos a meras vítimas do inexorável processo da expansão européia —, não apenas resgatar mais esses "esquecidos" da história, mas antes redimir a própria historiografia de seu papel conivente na tentativa — fracassada — de erradicar os índios. (MONTEIRO, 1995, p.227)

O papel do índio na história passa a ser reivindicado através de seus próprios movimentos e vai tomando espaço a partir de três pontos essenciais, primeiro, a população

indígena, em contínuo declínio desde a primeira metade do século XVI, tem-se estabilizado, mostrando até uma tendência de aumento. Segundo, o movimento em prol dos direitos históricos dos índios tem avançado muito. O terceiro elemento ambienta-se mais especificamente no meio acadêmico, onde os estudantes passam a pesquisar a história indígena trazendo novas abordagens e novas perspectivas sobre essa área. (MONTEIRO, 1995).

A escola dos Annales<sup>1</sup> também contribuiu de forma essencial para se perceber o papel do índio na sociedade, pois até então apenas a elite, os grandes heróis e os grandes feitos eram retratados na História Universal e oficial, enquanto que os outros agentes da história ficavam à margem da sociedade sendo invisível no contexto histórico que faziam parte.

Esse protagonismo indígena só pode ser percebido a partir de suas próprias experiências e lembranças que são transmitidas pela narrativa, para Walter Benjamin “a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade da reprodução” (BENJAMIN, 1987, p.210), ou seja, o nosso papel como historiadores é deixar registradas as narrativas indígenas e dar uma maior visibilidade a sua participação ativa na construção de sua História.

É necessário compreender que nem sempre os relatos indígenas são tomados como fontes, pois o índio é tido como incapaz; tomando algumas indagações de Santos,

Será que as narrativas indígenas são consideradas na produção do conhecimento historiográfico sobre esses povos? Será que permanece e/ou predomina a constante unilateralidade das perspectivas teóricas e metodológicas que não consideram as diferenciadas vivências indígenas ao longo da história? (SANTOS, 2015, p. 183-184)

É necessário levarmos em conta as próprias vivências dos povos indígenas e desse modo à oralidade serve como um meio de transmissão das experiências individuais e coletivas do grupo, segundo Meihy e Holanda a “História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamentos e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva.” (MEIHY, HOLANDA, 2013, p.17)

Por meio das narrativas os Xukuru-Kariri são apresentados nessa pesquisa, pois não podemos discutir o protagonismo indígena na construção de sua História sem levar em

questão a atuação direta dos índios no processo de reconquista de seus territórios, da elaboração de organizações e movimentos a fim de assegurar seus direitos.

### **Os Xukuru-Kariri – da plateia aos palcos**

Os índios Xukuru-Kariri residem na Mata da Cafurna no Município de Palmeira dos Índios, atualmente a aldeia possui uma área de 275,6 ha de terra que foi adquirida pela FUNAI – Fundação Nacional do Índio depois de um longo processo de retomadas, situando-se a seis quilômetros da sede da cidade (PEIXOTO, 2013) e abriga aproximadamente 120 famílias de acordo com os relatos dos próprios índios da Mata. Entender a formação da aldeia indígena Mata da Cafurna é perceber a atuação dos Xukuru-Kariri em toda construção de sua História, desde a espoliação de suas terras até o processo de retomadas territoriais.

O protagonismo indígena pode ser entendido a partir da forma como esses grupos se organizaram no passado e iniciaram o processo de estabelecimento em Palmeira dos Índios. Oriundos de regiões diferentes tomaram à frente do seu destino quando saíram da sua região fugindo do conquistador que avançava com a cana do açúcar no litoral e com a pecuária no sertão. Os Kariri, descendentes dos Cariri da aldeia de Porto Real do Colégio, próximos do rio São Francisco e os Xukuru do alto Sertão de Pernambuco, atual município de Pesqueira, chegaram a essas terras e se firmaram com um só grupo, os Xukuru-Kariri<sup>2</sup>. Essa unificação pode ser assinalada como uma das estratégias de sobrevivência, mesmo que a história tenha silenciado quanto a isso. Essas fugas são denominadas a partir da visão de Arruti como

Viagens de fugas, verdadeiras transferências demográficas, mas muitas vezes reversíveis, através das quais grupos de famílias transferiam seu local de morada por tempo indeterminado, como recurso à perseguição, ao faccionalismo, às secas ou à escassez de terras de trabalho” (ARRUTI, 1996, p. 53)

Foi a partir dessas viagens de fugas que surgiu a “comunidade ritual” que se caracteriza com a união de grupos, os Xukuru e os Kariri no caso de Palmeira dos Índios, a partir de laços de parentesco e laços de afinidade o que estimula trocas de homens, informações e culturas, uma vez que os povos indígenas não possuem uma homogeneidade cultural (ARRUTI, 1996).

As fugas protagonizadas por eles podem ser caracterizadas como a primeira forma de resistência aplicada pelos indígenas, no entanto Arruti afirma que “a ambiguidade das fugas neste contexto está no fato delas traçarem um trajeto que não parte em linha reta dos

aldeamentos para o espaço selvagem, mas que desenha um ou vários circuitos de trocas de homens e informações (fatural e cultural) entre os aldeamentos” (ARRUTI, 1996, p.23) e muitas das vezes essas fugas estavam ligadas ao sentimento familiar uma vez que os aldeamentos separavam os membros das famílias que posteriormente buscavam agrupá-las novamente.

Após a unificação das duas etnias Xukuru e Kariri e a contínua expansão das ações civilizatórias, chega a Palmeira dos Índios frei Domingues de São José que tinha como objetivo catequizar os índios e seguindo essa premissa recebeu de Maria Gonçalves um lote de terra para a construção da capela em glorificação ao Senhor Bom Jesus da Boa Morte. A instituição do padre e a construção da capela favoreceram o início de povoamento da região, enquanto que o índio se tornava cada vez mais sacrificado e empurrado para a região serrana enquanto que os não índios, gradativamente, tomavam suas terras. Essa perda territorial se efetiva mais concretamente quando há a criação da lei de terras de 1850 e a declaração do fim dos aldeamentos em 1872.

È a partir desse período que os Xukuru-Kariri passam a silenciar a sua história e cultura e se tornar invisíveis, no entanto devemos destacar que essa invisibilidade foi produzida de duas maneiras, a primeira está ligada a uma invisibilidade imposta pelo outro, a partir da negação e da afirmação de extinção dos povos indígenas, nesse caso até pela historiográfica que retirou o índio da história. A segunda está relacionada a uma invisibilidade produzida pelos próprios índios como forma de resistência, ou seja, tornaram sua cultura invisível como forma de preservação.

Foi somente a partir do século XX que se inicia um emaranhado de ações protagonizadas pelos Xukuru-Kariri, momento onde eles passam a reivindicar e a retomar seus territórios como afirma Peixoto.

A partir da década de 80 do século XX, os Xucuru-Kariri passaram a se organizar politicamente para reivindicar direitos a demarcação e a tratamento diferenciado no estado, fato que acentuou o conflito pré-existente com o não índio, especificamente com os políticos e fazendeiros locais e com isso, o toré foi sumindo das praças da cidade à medida que os índios diminuíram as visitas a cidade e os não índios, por sua vez foram evitando promover atividades públicas que congregassem a participação indígena.” (PEIXOTO, 2013, p.25)

Assim, esse processo de movimentação indígena incentivou o conflito principalmente fundiário no Município, entretanto não impediu que os indígenas atuassem no

processo de retomadas da Mata da Cafurna que já vinha se consolidando um ano antes, em 1979.

Parte do território onde atualmente habitam os Xucuru-Kariri foi inicialmente retomado em 1979, partindo da iniciativa de índios da aldeia Fazenda Canto; até então essas terras pertenciam a posseiros, latifundiários e a prefeitura de Palmeira dos Índios que havia doado esse espaço para a construção da Fundação Educacional Monsenhor Tobias<sup>3</sup>, assim os indígenas se mobilizaram e ocuparam a região, pois a floresta que seria destruída possuía um significado milenar, já que é nela que se realiza o ritual do Ouricuri. Os indígenas passaram por momentos turbulentos, pois não dispunham de água, comida e não haviam construções para que pudessem se alojar e desse modo abrigaram-se à sombra de uma jaqueira que se tornou símbolo da resistência e da luta dos Xucuru-Kariri.

Como as terras obtidas eram poucas e boa parte era mata, tão prezada pelos indígenas, novas retomadas foram realizadas, a próxima se deu em 1986, que implicou em uma área de 154 hectares, envolvendo apenas os índios da Mata. Esse espaço estava sob a posse do comerciante Everaldo Garrote que considerava o preço de Cr\$: 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros) irrelevante; com a morte do comerciante, três anos depois, a viúva recebeu o dinheiro e concluiu a transação. A terceira retomada, realizada em 1994, compreendeu as terras da Mata da Jibóia, 154 hectares que estavam de posse do Sr. Hélio Alves. (MOREIRA, PEIXOTO e SILVA, 2010). Essa ação contou com a participação de índios de outras etnias, como os Xocó, Karapotó, Pankararu e Xucuru de Ororubá.

Em seguida, mais duas retomadas se sucederam, a quarta aconteceu em 2002, envolvendo uma área que estava sob a posse do Sr. Rui Guimarães, por problemas internos, falta de apoio da FUNAI, além do cansaço dos índios esta não surtiu efeito e o posseiro conseguiu reintegração de posse. A quinta e última retomada ocorreu em 2008 como principais protagonistas, destacaram-se os jovens da aldeia que reivindicavam dois lotes de terras que estavam nas mãos de não índios, a intensão era retomar esse espaço para a construção de casas para as novas famílias que se formavam. (MOREIRA, PEIXOTO e SILVA, 2010)

Foram retomadas regadas por pressões, ameaças, avanços e retrocessos, entretanto os Xucuru-Kariri enfrentam ainda, desde esse período, um longo processo de demarcação, pois o território em que estão hoje localizados é insuficiente para proporcionar uma vida digna aos aldeados, uma vez que eles dividem espaço com o que restou da vegetação nativa da região, que para os índios possuem um significado sagrado e desse modo evitam desmatá-la.

Essa luta em prol da demarcação territorial favorece os conflitos na cidade, uma vez que as terras que foram delimitadas são propriedades dos políticos e estes negam a presença indígena, uma vez que o povo não mais possui as características físicas de séculos atrás, no entanto ao mesmo tempo em que se nega a existência de indígenas na região, os relatórios circunstanciados de Douglas Carrara e Ziglia Zambrotti Doria apresentam uma visão de que a presença dos Xucuru-Kariri é anterior à formação da cidade e essa terra que é fruto de inúmeros conflitos fundiários pertence aos índios que veem esse território não apenas com um olhar econômico, mas como seu próprio ser como defende Silva,

Para os índios Xucuru-Kariri, a terra é muito mais que uma simples propriedade, que uma coisa que pode ser manipulada a qualquer instante, de acordo com os interesses individuais de seus membros; para os Xucuru-Kariri, assim como os demais povos indígenas, a terra representa o seu próprio modo ser/estar no mundo, ou seja, é impossível uma cosmovisão Xucuru-Kariri destituída da presença da terra, dessa alteridade essencial para o processo de constituição do povo Xucuru-Kariri. (SILVA, 2004, p. 9)

A importância da terra para os Xucuru-Kariri pode ser percebida em todos os aspectos de sua vivência, pois é através dela que tiram o seu sustento físico e espiritual, é nessa terra que estão plantados seus antepassados que lhes transmitem forças para enfrentar as imparcialidades do dia a dia. Na visão de um índio “não erámos e nem somos donos da terra... nós somos a terra e por isto possuímos as forças de nossos Encantados e Ancestrais”, ou seja, não podemos compreender o índio separado da terra, pois é essa terra que marca a construção histórica de seu povo.

Diante disso, a maior luta dos índios é a restituição desse território que lhes foi tirado da forma mais corrupta, e com essa obtenção oferecer um futuro próspero para seus descendentes que ainda continuam sendo vistos com um olhar preconceituoso e excludente. Perceber a atuação desse povo em prol da consolidação dos seus direitos com base na Constituição principalmente a busca por demarcação é bater de frente com a tese de inferioridade disseminada durante um longo período pela historiografia.

Agora o índio passa a ter voz e a utilizar o dom da fala para discutir seus interesses, segundo Montenegro “a fala é um instrumento decisivo para as populações pobres, que vivem a radicalidade cotidiana do ‘não ter’” (MONTENEGRO, 2013, p.38), o grito de luta dos povos indígenas muitas vezes é silenciado por conta do poder da elite de Palmeira dos Índios detentora do poder cultural e econômico que tem se empenhado em silenciar a voz dos indígenas, principalmente pelas mídias sociais e ainda organizam movimentos para



disseminar uma visão distorcida sobre a questão territorial do Município e a demarcação denominando o processo de injusto e irresponsável.

O Movimento Palmeira de Todos é um exemplo, foi realizado em Palmeira dos Índios, possuindo como principais integrantes a elite política da cidade, detentora de grandes propriedades de terras que tinha como objetivo impedir o processo de demarcação, com a desculpa de que a economia local ficaria estagnada, no entanto parte do que é comercializado no Município é procedente das aldeias.

Em meio a tantos projetos da elite palmeirense que visa à anulação dos indígenas na região, estes se mostram resistentes e atuantes, elaborando movimentos como o denominado de “Xukuru-Kariri: Vida, Luta e Resistência de um Povo” que teve como principal objetivo informar a população sobre os reais motivos da demarcação. Ao mesmo tempo utilizam as redes sociais para mobilizar os não índios e informar como anda o procedimento demarcatório.

Seguindo essa premissa percebemos que os Xukuru-Kariri são guerreiros e capazes de se articular e resistir às ofensivas da elite e da população local que negam a sua presença e os ameaçam, dissipando ainda a ideia de inferioridade, preguiçosos e bandidos.

## **Considerações Finais**

Em virtude do que foi mencionado percebemos que a ideia de inferioridade dos Xukuru-Kariri é um tanto precipitada, pois através de suas próprias visões de mundo se organizaram e fizeram frente às investidas dos não índios que buscam impedir qualquer movimentação indígena.

O protagonismo é diário através de práticas individuais e coletivas; de resistências armadas ou camufladas; de estratégias políticas e reivindicatórias, pois o índio entende que possui direitos que devem ser respeitados e colocados em prática. Pensar os Xukuru-Kariri como passivos é negar toda a luta pelas retomadas territoriais.

Não devemos qualifica-los apenas como vítimas e sim como sujeitos ativos na construção de sua História, mas vale ressaltar que não se nega as violências sofridas pelos Xukuru-Kariri, mas nos mostra como eles utilizaram as ameaças, as mortes, os espancamentos como combustível para continuarem agindo e buscando melhores condições de vida para seus descendentes.

Assim sendo, os indígenas foram sujeitos ativos de sua história, elaborando diversas estratégias para deter a expansão colonizatória, ser índio hoje é este intimamente ligado à luta

por reconhecimento e pelos seus direitos, é resistir ao avanço da agroexportação, aos posseiros e latifundiários, é gritar nos estamos aqui e necessitamos que nossos direitos sejam legalizados como declarados na Constituição Federal.

## Referências

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O Reencantamento do Mundo Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu**. 1996. 219f. Dissertação - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

MARTIUNS, Karl Friedrich Von; RODRIGUES, José Honório. **Como se deve escrever a História do Brasil**. Revista de Historia de América, No. 42 (Dec., 1956), pp. 433-458

MEMMI, Albert. **O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MONTEIRO, John Manuel. Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen. **Revista de História** 149 (2º - 2003), 109-137.

\_\_\_\_\_. O Desafio da História Indígena no Brasil. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1 e 2º graus**. Org. Aracy Lopes da Silva e Luís Donizete Benzi Grupioni. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. 6 ed. 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MOREIRA, Ana Cristina de Lima. PEIXOTO, José Adelson Lopes. SILVA, Tiago Barbosa da. **Mata da Cafurna - Ouvir Memória, Contar História: Tradição e Cultura do Povo Xucuru-Kariri**. 2º edição. Maceió: Edições Catavento, 2010.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e Imagens em Confronto: Os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá**. 2013. 140f. Dissertação – Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa.

SILVA, Edson Hely. Povos Indígenas no Nordeste: Contribuição a Reflexão Histórica sobre o Processo de Emergência Étnica. **Revista de Humanidades**. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V.4 - N.7 - fev./mar. de 2003 – Semestral ISSN -1518-3394. Disponível em [www.cerescaico.ufrn.br/mneme](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme).

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando Sentidos: os xucuru-kariri e o serviço de proteção aos índios no agreste alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2013.

---

<sup>1</sup> A escola dos Annales teve como principais membros Bloch e Febvre e foi um movimento de renovação na historiografia francesa que disseminou suas ideias para outras regiões, tinha como base o que chamamos de Nova História, ou seja, uma História voltada para todas as atividades humanas e todas as classes sociais e não mais preocupada com os grandes acontecimentos e heróis.

<sup>2</sup> Deve-se destacar que muitos se definem como propriamente Wakonã, pois a denominação de Xucuru era apenas um apelido que significa andarilho, bem como Cariri que significa calado, com o tempo esses dois povos estabeleceram relações sociais, que os unificaram tornando-os Xukuru-Kariri.

<sup>3</sup> Fundação que prometia a criação de uma Faculdade Japonesa na Mata da Cafurna.